



PARECER Nº , 2013 – CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o **OFN nº 01, de 2012-CN**, que “Encaminha informações de execução das obras do PAC, referentes aos meses de julho a setembro de 2011.” e **OFN nº 03, de 2012** que “Encaminha, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, informações de execução das obras do PAC, por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011, em meio digital”.

Relator: Deputado LOURIVAL MENDES

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório relativo ao 2º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (PAC 2), referente aos meses de julho a setembro de 2011, encaminhados ao Congresso Nacional pelos OFN nº 01, de 2012 (Ofício nº 270 /SEPAC-MP, de 20/12/2011, na origem) e OFN nº 03, de 2012 (Ofício nº 277 /SEPAC-MP, de 20/12/2011, na origem).

Ambos os Relatórios têm o mesmo objetivo, qual seja, demonstrar a execução do PAC 2 no período de julho a setembro de 2011, sendo que o OFN nº 01, de 2012 oferece a visão global da execução do Programa e o OFN nº 03, de 2012 detalha os investimentos por estado da Federação.

As informações constantes dos Relatórios estão estruturadas da seguinte forma:

- a) Quadro Macroeconômico;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- b) Execução Orçamentária e Financeira;
- c) Evolução do Monitoramento;
- d) Eixo Transportes;
- e) Eixo Energia;
- f) Eixo Cidade Melhor;
- g) Eixo Comunidade Cidadã;
- h) Eixo Minha Casa, Minha Vida;
- i) Eixo Água e Luz para Todos;

A íntegra dos relatórios está disponível para consulta na Secretaria da CMO e também no sítio na *internet* da Comissão.¹ A seguir, apresentamos síntese dos pontos mais relevantes extraídos dos Relatórios ora sob exame:

- a) em 2011, teve início a segunda fase do PAC, que vai até 2014;
- b) em meio ao cenário internacional de incertezas, o PAC 2 tem sido determinante para a continuidade do crescimento sustentável da economia brasileira e para a proteção do País frente à fragilidade da economia mundial;
- a) em relação ao ciclo anterior do PAC, houve significativo incremento no valor dos investimentos. No primeiro ciclo, a previsão de investimentos foi de R\$ 657 bilhões, entre 2007 e 2010, e no PAC 2 o patamar se elevou para R\$ 955 bilhões, entre 2011 e 2014, crescimento nominal de cerca de 45%;
- b) a participação do investimento total no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 16,4%, em 2006, para 18,4%, em 2010. No mesmo período, a parcela dos recursos públicos no PIB destinados ao investimento, considerando os que compõem o Orçamento Geral da União (OGU) e os realizados por estatais, mais que dobrou, saltando de 1,6% para 3,3%;
- c) até setembro de 2011, a execução global do Programa foi de R\$ 143,6 bilhões ou 15% do total previsto para o período de 2011 a 2014. Houve um aumento de 66% no ritmo de execução entre junho e setembro desse ano;
- d) em 2011, o PAC 2 alcançou volume de pagamento 22% superior e valores de empenho semelhantes, em comparação com o mesmo período de 2010, ano de melhor desempenho do programa;
- e) em 2011, foram empenhados R\$ 22 bilhões e pagos R\$ 21,6 bilhões;
- f) nos próximos três anos, o total de obras concluídas somará R\$ 708 bilhões em investimentos equivalentes a 74% do total previsto. Os 26% restantes, executados até 2014, serão investidos em empreendimentos concluídos após 2014;

¹ <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/outrasmaterias/2012/OFN-003-2012-Avulso.pdf>



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- g) o PAC 2 mantém rigoroso monitoramento dos empreendimentos que compõem a carteira do programa, o que inclui o acompanhamento dos diversos estágios de uma obra até a sua conclusão;
- h) as ações concluídas somam, até setembro de 2011, 11,3% do total previsto até 2014. Isso significa que R\$ 80,2 bilhões foram executados entre janeiro e setembro de 2011; e
- i) dentre as obras concluídas, entre julho e setembro de 2011, destacam-se Usina Hidrelétrica de Dardanelos (MT); a duplicação da BR-262, entre Betim e Nova Serrana (MG); a finalização da 1ª fase de aprofundamento do Porto do Rio de Janeiro (RJ); o início da operação da plataforma P-56 (RJ); a conclusão do trecho IV do Eixão das Águas (CE); quatro módulos operacionais de passageiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO); 248 quilômetros de linha de transmissão de Chapadão (MS) a Ilha Solteira (SP); o Emissário Submarino de Salvador (BA); e a urbanização do Jardim São Francisco (SP).

No que diz respeito ao cenário macroeconômico, o Relatório assenta que a estratégia adotada pelo Governo Federal é no sentido de fortalecer os fundamentos da economia, com estabilidade macroeconômica, qualificação da força de trabalho, estímulos à inovação tecnológica e investimentos em infraestrutura, com o objetivo de promover o ingresso de investimentos produtivos e de adensamento de cadeias industriais.

Prossegue para registrar que, em 2011, o Governo enfrentou sem trégua a inflação, que se acelerou no primeiro semestre em função, sobretudo, do aumento dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Para tanto, adotou uma série de medidas, de caráter macroprudencial e fiscal, além do uso tradicional da taxa de juros, para acomodar o crescimento em nível adequado à capacidade produtiva do País. Essas iniciativas se mostraram exitosas e, em outubro de 2011, já se observou a redução das taxas de inflação acumuladas em 12 meses, convergindo para o centro da meta em 2012.

Registra que, além do PAC 2, o Governo brasileiro anunciou, em agosto de 2011, um conjunto de iniciativas para fortalecer a indústria doméstica, sintetizadas no Plano Brasil Maior. São diversas medidas de comércio exterior, desoneração tributária e valorização aos produtos com maior conteúdo fabril local, entre outras.

Nessa linha, destaca os programas de estímulos à inovação, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a política de margens de preferências para produtos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

nacionais nas compras governamentais, especialmente em setores de têxteis, confecções e do complexo industrial da saúde.

Os investimentos do PAC 2 por Unidade da Federação está assim apresentado:

PAC 2 – INVESTIMENTO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	INVESTIMENTO TOTAL
ACRE	R\$ 1,60 bilhão
ALAGOAS	R\$ 7,68 bilhões
AMAPÁ	R\$ 5,17 bilhões
AMAZONAS	R\$ 15,32 bilhões
BAHIA	R\$ 73,39 bilhões
CEARÁ	R\$ 57,05 bilhões
DISTRITO FEDERAL	R\$ 7,49 milhões
GOIÁS	R\$ 42,25 bilhões
MARANHÃO	R\$ 66,08 bilhões
MATO GROSSO DO SUL	R\$ 11,87 bilhões
MATO GROSSO	R\$ 38,50 bilhões
MINAS GERAIS	R\$ 61,89 bilhões
PARÁ	R\$ 86,07 bilhões
PARAÍBA	R\$ 9,81 bilhões
PARANÁ	R\$ 23,56 bilhões
PERNAMBUCO	R\$ 68,61 bilhões
PIAUI	R\$ 18,86 bilhões
RIO DE JANEIRO	R\$ 533,03 bilhões
RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 38,98 bilhões
RIO GRANDE DO SUL	R\$ 30,48 bilhões
RONDÔNIA	R\$ 29,37 bilhões
RORAIMA	R\$ 2,64 bilhões
SANTA CATARINA	R\$ 13,75 bilhões
SÃO PAULO	R\$ 219,50 bilhões
SERGIPE	R\$ 21,26 bilhões
TOCANTINS	R\$ 18,76 bilhões



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Fui designado pelo Exmo. Sr. Presidente desta Comissão para relatar a matéria por meio do Of. Pres. nº 229/2013/CMO, de 11/6/2012, o que o faço nesta oportunidade.

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que as informações prestadas pelo Poder Executivo a este Congresso Nacional a respeito da execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC referente ao período de julho a setembro de 2011 alcançaram seu objetivo, razão pela qual **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Relatórios objeto dos OFNs nº 1/2012 – CN e nº 3/2012 – CN e determine seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 27 de Novembro de 2013.

Deputado **LOURIVAL MENDES**

Relator

Senador **LOBÃO FILHO**

Presidente